



**A LEI Nº 10.639/03 NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA:
POR UM CURRÍCULO AFROREFERENCIADO NA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR**

**LAW NO. 10.639/03 IN BRAZILIAN GRADUATE EDUCATION:
TOWARD AN AFRO-REFERENCED CURRICULUM IN SCHOOL
PHYSICAL EDUCATION**

**LA LEY Nº 10.639/03 EN LA EDUCACIÓN DE POSGRADO BRASILEÑA:
POR UN CURRÍCULO AFROREFERENCIADO EN LA EDUCACIÓN
FÍSICA ESCOLAR**

Luciano Nascimento Corsino


<https://orcid.org/0000-0002-2591-5472> 


<http://lattes.cnpq.br/6302527743928486> 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Rolante, RS – Brasil)

lucianocorsino@gmail.com

Danieri Ribeiro da Rocha

<https://orcid.org/0009-0005-1103-2424> 

<http://lattes.cnpq.br/5391934948115080> 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (Rolante, RS – Brasil)

danieriribeiro@gmail.com

Resumo

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla e tem como objetivo compreender como a Lei nº 10.639/2003 tem influenciado a produção acadêmica em Educação Física Escolar e identificar os principais desafios para a efetivação de um currículo afroreferenciado. Para a realização da pesquisa, desenvolvemos uma Revisão Sistemática de Literatura com o suporte do protocolo PRISMA. Como bases de dados, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e como critério de inclusão, consideramos todos os trabalhos com aderência que tiveram a Lei nº 10.639/03 como ponto de partida para investigação em Educação Física escolar. Após o processo de seleção, consideramos 10 dissertações as quais apresentaram discussões relevantes sobre a Educação Física escolar e a Lei nº 10.639/03. Os resultados revelam uma ampliação do campo da Educação Física escolar no que diz respeito a um currículo voltado à Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Ao mesmo tempo, desafios importantes à construção de um currículo antirracista, como a necessidade de formação inicial e continuada, melhores condições de trabalho e políticas antirracistas são identificados como necessários ao avanço da área.

Palavras-chave: Currículo Antirracista; Diáspora Africana; Cultura Negra; Revisão Sistemática de Literatura.

Abstract

This work is part of a broader research project and aims to understand how Law No. 10.639/03 has influenced academic production in School Physical Education and to identify the main challenges for the implementation of an Afro-referenced curriculum. To carry out the research, we developed a Systematic Literature Review supported by the PRISMA protocol. As a database, we used the CAPES Theses and Dissertations Catalog, and as an inclusion criterion, we considered all relevant works that used Law No. 10.639/03 as a starting point for investigation in School Physical Education. After the selection process, we considered 10 dissertations that presented relevant discussions on School Physical Education and Law No. 10.639/03. The results reveal an expansion of the SPE field regarding a curriculum focused on Education for Ethnic-Racial Relations and the teaching of Afro-Brazilian history and culture. At the same time, important challenges to building an anti-racist curriculum—such as the need for initial and



continuing education, better working conditions, and anti-racist policies—are identified as necessary for the advancement of the field.

Keywords: Anti-Racist Curriculum; African Diaspora; Black Culture; Systematic Literature Review.

Resumen

Este trabajo forma parte de una investigación más amplia y tiene como objetivo comprender cómo la Ley N.º 10.639/03 ha influido en la producción académica en la Educación Física Escolar e identificar los principales desafíos para la implementación de un currículo afrorreferenciado. Para llevar a cabo la investigación, desarrollamos una Revisión Sistemática de Literatura con el apoyo del protocolo PRISMA. Como base de datos, utilizamos el Catálogo de Tesis y Disertaciones de CAPES y, como criterio de inclusión, consideramos todos los trabajos relevantes que tomaron como punto de partida la Ley N.º 10.639/03 para la investigación en Educación Física Escolar. Tras el proceso de selección, consideramos 10 disertaciones que presentaban discusiones relevantes sobre la Educación Física Escolar y la Ley N.º 10.639/03. Los resultados revelan una ampliación del campo de la Educación Física Escolar en lo que respecta a un currículo orientado a la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales y a la enseñanza de la historia y cultura afrobrasileña. Al mismo tiempo, se identifican desafíos importantes para la construcción de un currículo antirracista, como la necesidad de formación inicial y continua, mejores condiciones laborales y políticas antirracistas, como aspectos necesarios para el avance del área.

Palabras clave: Currículo Antirracista; Diáspora Africana; Cultura Negra; Revisión Sistemática de Literatura.

INTRODUÇÃO

A crescente necessidade de uma educação mais inclusiva e representativa tem impulsionado debates e pesquisas sobre a integração de conteúdos historicamente marginalizados no currículo escolar brasileiro. Nesse contexto, a Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, surge como demanda do movimento negro e assume um papel central na promoção de uma formação cidadã que combata o racismo.

A disciplina de Educação Física, em particular, apresenta-se como um campo fértil para a abordagem desses temas, dada as variadas possibilidades de trabalho pedagógico viabilizadas pelas manifestações da cultura corporal afro-brasileira, que podem contribuir diretamente com práticas que expressam valores, identidades e saberes construídos historicamente pela população negra. Isso tem despertado a necessidade de estudos que investiguem como essas transformações curriculares ocorrem na escola.

A Lei nº 10.639/03 constitui um marco fundamental na valorização da cultura africana e afro-brasileira, sinalizando um compromisso legal e pedagógico com a promoção da equidade racial na educação. No entanto, sua implementação ainda encontra obstáculos significativos para a abordagem efetivamente antirracista. Neste trabalho, propomos identificar os principais entraves ainda presentes no currículo da Educação Física escolar e refletir sobre estratégias pedagógicas capazes de promover um currículo afrorreferenciado na Educação Física escolar, contribuindo para a inserção da cultura afro-brasileira na escola, de modo a enfrentar o racismo e suas diversas consequências para o cotidiano escolar.





Para isso, elegemos dois objetivos específicos: a) construir uma síntese dos principais métodos utilizados nas pesquisas em Educação Física escolar e sua relação com a Lei nº 10.639/03; b) identificar os principais desafios para a implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira na Educação Física escolar.

A pesquisa foi realizada segundo a metodologia de revisão sistemática de literatura e parte da Lei nº 10.639/03 e suas diretrizes como locus privilegiado de investigação na produção acadêmica da pós-graduação brasileira na Educação Física escolar, faz parte de uma pesquisa mais ampla (Corsino; Rocha, 2025a; 2025b) e tem como objetivo analisar os impactos da Lei nº 10.639/03 e os principais desafios para a construção de um currículo afrorreferenciado na educação física escolar.

Diante desse panorama, entendemos que a principal contribuição deste artigo está na sistematização do conhecimento produzido sobre a Lei nº 10.639/03 na Educação Física escolar, destacando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados cotidianamente na escola. Desse modo, buscamos responder a seguinte pergunta: Quais são os impactos da Lei nº 10.639/03 e os principais desafios da Educação Física escolar para a construção de um currículo afrorreferenciado?

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura com o suporte do protocolo PRISMA, que permitiu uma análise aprofundada do material levantado, garantindo a identificação de pesquisas relevantes que abordam a interseção entre a Educação Física e o ensino da história e cultura afro-brasileira. A escolha da Revisão Sistemática de Literatura como método central reflete a busca por uma compreensão abrangente do campo de estudos, sistematizando o conhecimento produzido e evidenciando as lacunas e os avanços existentes.

Como base de dados, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), reconhecida por abrigar uma vasta coleção de trabalhos acadêmicos brasileiros. Nosso critério de inclusão considerou todos os trabalhos com aderência que tiveram a Lei nº 10.639/03 como ponto de partida para investigação em Educação Física escolar, com recorte temporal partindo do ano de 2003, ano de criação da Lei nº 10.639/03, até o ano de 2023, para garantir que o material selecionado fosse encontrado consolidado na plataforma.

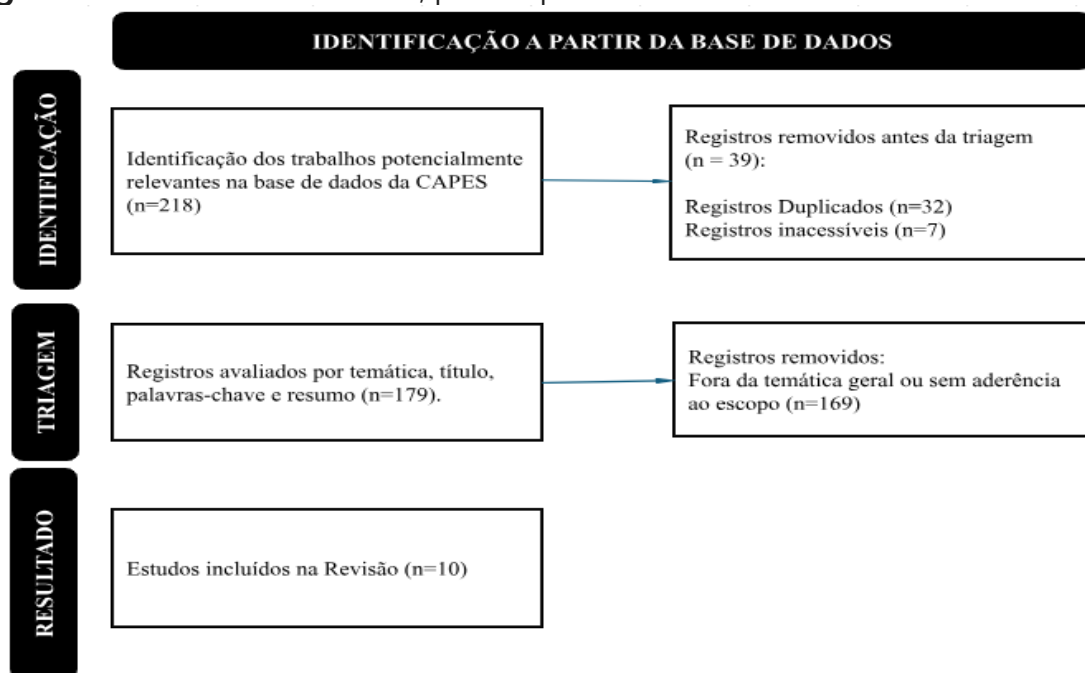




Após o levantamento dos dados, realizamos a tabulação do material e à aplicação dos critérios de exclusão. Para os critérios de exclusão, realizamos a triagem do conteúdo coletado, excluindo registros duplicados e inacessíveis. Em seguida, realizamos a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, com o objetivo de identificar todos os trabalhos aderentes que tomavam a Lei nº 10.639/03 como ponto de partida. Após o processo de seleção, consideramos 10 dissertações que apresentaram discussões relevantes sobre a Educação Física escolar e a Lei nº 10.639/03, constituindo o corpus principal de nossa análise.

A seguir, o Fluxograma 1 apresenta o passo a passo desenvolvido de acordo com a parametrização do protocolo PRISMA, evidenciando a quantidade de material inicial, seguida pela quantidade após a aplicação dos critérios de análise e, por fim, a quantidade final a ser analisada.

Figura 1 – Base Protocolo PRISMA, passo a passo da Revisão Sistemática de Literatura



Fonte: construção dos autores.



A PRODUÇÃO ACADÊMICA NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Para seguir com a análise, conforme mostra o Fluxograma 1, verificamos 10 trabalhos que abordam a temática proposta, vale destacar que todos são dissertações de mestrado, não havendo nenhuma tese de doutorado entre as publicações analisadas. A Tabela 1, a seguir, apresenta uma descrição mais detalhada dos estudos selecionados e de suas principais características.

Tabela 1 – Estudos selecionados e suas características

Título das Publicações	Tipo	Ano	IES	Região
A Cultura Corporal e a Lei 10.639/03: um estudo sobre os Impactos da Lei no Ensino da Educação Física em Salvador	Dissertação	2008	UFBA	Nordeste
O ensino da história e cultura afrobrasileira e a educação física: um estudo sobre o currículo vivido em Santo André	Dissertação	2012	PUC	Sudeste
A implementação da Lei nº 10.639/03 nas aulas de educação física escolar no município do Rio de Janeiro: perspectivas e possibilidades	Dissertação	2014	CEFET/RJ	Sudeste
Representações e práticas pedagógicas de professores/as de educação física e de diretores/as de escolas sobre a Lei nº 10.639/03 e seu contexto de implantação no ambiente escolar	Dissertação	2015	ULBRA	Sul
Fazendo valer a Lei 10.639/03: contribuições da disciplina de educação física para o ensino de história da África e da cultura afro brasileira	Dissertação	2018	UNESPAR	Sul
O movimento da educação das relações étnico-raciais no currículo de licenciatura em Educação Física da UFJF: conhecimento, implementação e efetivação	Dissertação	2022	UFJF	Sudeste
Jogos africanos para uma educação intercultural: a experiência da disciplina de educação física em escolas públicas estaduais no Paraná	Dissertação	2022	UFPR	Sul
Currículo Cultural: brincadeiras, jogos e lutas de matrizes indígenas e africanas na Educação Física escolar	Dissertação	2023	UFSCar	Sudeste
Educação Intercultural no Componente Curricular da Educação Física como Intervenção ao Fenômeno do Multiculturalismo: Presença da Matriz Africana	Dissertação	2023	USP	Sudeste
Formação escolar e o sentido do Brasil: a experiência estética no ensino da Capoeira e da arte de Portinari na educação básica	Dissertação	2023	UFSC	Sul

Fonte: construção dos autores.

A dissertação de mestrado intitulada *A cultura corporal e a Lei nº 10.639/03: um estudo sobre os impactos da Lei no ensino da educação física em Salvador*, defendida por Anália de Jesus Moreira no ano de 2008 no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem como objetivo identificar o lugar da Educação Física na difusão e aplicação da Lei nº 10.639/03.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, a autora desenvolveu uma análise da Educação Física enquanto área que abrange a cultura corporal e sua relação com a Lei nº





10.639/03. Para isso, desenvolveu entrevistas semiestruturadas com professores(as), estudantes e gestores(as) das escolas participantes.

Para a autora, a implementação da Lei nº 10.639/03 sofre resistência devido a uma sociedade racista em que a manutenção dos privilégios brancos se coloca como algo a ser preservado. No entanto, o estudo reconhece a necessidade de avançar com propostas de ações concretas que tenham condições de desconstruir ideias racistas e combater a discriminação cotidiana. O trabalho indica que a ressignificação do corpo e os seus significados em nossa sociedade racista assume uma condição importante no combate à ideologia do branqueamento.

A dissertação de mestrado intitulada *O ensino da história e cultura afro-brasileira e a educação física: um estudo sobre o currículo vivido em Santo André*, defendida por Leila Maria de Oliveira no ano de 2012 no Programa de Pós-Graduação em Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), discute a implementação da Lei nº 10.639/03 no contexto da Educação Física escolar.

A pesquisa busca compreender de que maneira os conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira são inseridos nas aulas de Educação Física, analisando a relação entre currículo oficial e currículo vivido pelos professores(as) e alunos(as).

Além disso, a dissertação discute o impacto do racismo na educação e as dificuldades encontradas para a valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar. Segundo Auad e Corsino (2018), que investigou as relações de opressão racial e de gênero numa escola estadual de São Paulo, tanto o racismo quanto as hierarquizações de gênero influenciam fortemente no processo educacional nas aulas de Educação Física, perspectiva que se coaduna com o trabalho de Venâncio (2020), que propõe diversas experiências pedagógicas de professoras negras em diferentes redes de ensino.

O estudo se baseia em uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas e análise documental para compreender as experiências de professores(as) e estudantes da cidade de Santo André, em São Paulo. A pesquisa destaca a importância da formação docente e de políticas públicas eficazes para garantir que a Educação Física, assim como outras disciplinas, contribua para uma educação antirracista.

A dissertação de mestrado intitulada *A implementação da Lei nº 10.639/03 nas aulas de educação física escolar no município do Rio de Janeiro*, defendida por Dora Cyrino Leal Coutinho no ano de 2014 no Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais, do





Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), desenvolve uma análise crítica das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (Brasil, 2004), buscando compreender como a cultura corporal e a cultura afro-brasileira e africana são abordadas nos documentos oficiais que orientam as práticas pedagógicas.

O estudo investiga a aplicação da Lei nº 10.639/03 por professores(as) de Educação Física em uma escola do município do Rio de Janeiro, analisando como esses conteúdos são incorporados ao ensino. A metodologia utilizada inclui revisão bibliográfica para a construção da fundamentação teórica, análise documental de legislações e diretrizes educacionais e entrevistas com profissionais da educação.

A principal hipótese examinada na pesquisa é que as orientações legais conferem pouca atenção às questões corporais no ensino da cultura afro-brasileira e das relações étnico-raciais, afirmação que corrobora com Corsino e Conceição (2016).

A análise documental confirma essa lacuna, enquanto os dados coletados em campo revelaram que a Educação Física pode desempenhar um papel significativo na valorização da história e cultura afro-brasileira. A pesquisa demonstra que, por meio de práticas pedagógicas voltadas à cultura corporal, a disciplina pode contribuir para a construção de um currículo antirracista.

A dissertação de mestrado intitulada *Representações e práticas pedagógicas de professores/as de educação física e de diretores/as de escolas sobre a Lei 10.639/03 e seu contexto de implantação no ambiente escolar*, defendida por Ronildo Neumann Pastoriza no ano de 2015 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), investigou como professores(as) de Educação Física e diretores de escolas públicas municipais, no município de Porto Alegre (RS), percebem a Lei nº 10.639/03 e seu processo de implementação.

O objetivo do trabalho foi mapear, discutir e problematizar as representações e práticas pedagógicas dos(as) profissionais em relação à cultura africana e afro-brasileira, às relações étnico-raciais e a aplicação da referida Lei no ambiente escolar. Para isso, foram realizadas entrevistas com os(as) participantes entre setembro e dezembro de 2014.

A análise foi fundamentada nos Estudos Culturais, por meio das contribuições de autores(as) como Stuart Hall, Kathryn Woodward e Tomaz Tadeu da Silva, além de pesquisadores(as) que discutem questões raciais e educação, como Nilma Lino Gomes e





Petronilha Gonçalves e Silva. A pesquisa também dialogou com estudos voltados à Educação Física e sua relação com a educação, utilizando uma abordagem qualitativa e análise cultural das entrevistas concedidas.

Os resultados demonstraram que, embora professores(as) e diretores(as) reconheçam a importância da Lei nº 10.639/03 para a educação brasileira, muitos(as) não se sentem preparados para abordar a história e cultura africana e afro-brasileira com seus alunos e alunas. Ao desenvolver pesquisa etnográfica em duas escolas da região norte de São Paulo, Corsino (2021) também se deparou com este cenário, em entrevista com professores e professoras, identificou que a maioria afirma que o ensino de história e cultura afro-brasileira é importante mas que não tiveram formação e não se sentem seguros(as) para abordar o tema em sala de aula.

A implementação da Lei nas escolas analisadas ocorre, na maioria das vezes, apenas durante a Semana da Consciência Negra, e de forma superficial, reforçando uma visão folclórica da cultura negra, sem que o tema seja trabalhado ao longo do ano. Embora os(as) entrevistados(as) admitam a existência do racismo no Brasil, suas percepções sobre as relações étnico-raciais dentro das escolas ainda refletem o mito da democracia racial, sem um aprofundamento crítico sobre a questão.

A dissertação de mestrado intitulada *Fazendo valer a Lei 10.639/03: contribuições da disciplina de educação física para o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira*, defendida por Vânia Catarina Machado dos Santos no ano de 2015 no Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), analisa as contribuições da disciplina de Educação Física para a implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas públicas do Paraná.

O estudo foca nos trabalhos desenvolvidos por professores(as) participantes do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/SEED/PR) que pesquisaram a cultura africana e afro-brasileira, com destaque para a capoeira e as danças afro-brasileiras. A pesquisa abrange o período de 2007 a 2014, intervalo escolhido por marcar o início e o fim das produções do PDE disponíveis no portal "Dia a Dia Educação". Com uma abordagem qualitativa, o estudo analisou essas produções a partir de referenciais teóricos da literatura acadêmica e da perspectiva do materialismo histórico-dialético.

Os resultados indicam que, embora alguns(mas) professores(as) de Educação Física se esforcem para aplicar a Lei em suas aulas, ainda enfrentam desafios para integrar esses





conteúdos de forma contínua no currículo, restringindo-se, muitas vezes, a eventos pontuais, como a semana da Consciência Negra. No entanto, a interdisciplinaridade surge como uma alternativa viável para consolidar a presença desses temas na educação, uma vez que possuem conexões com disciplinas como História, Geografia, Literatura e Artes.

A dissertação de mestrado intitulada *O movimento da educação das relações étnico-raciais no currículo de licenciatura em educação física da UFJF: conhecimento, implementação e efetivação*, defendida por Keylla Amélia Dares Silveira no ano de 2022 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), analisou como a educação das relações étnico-raciais é abordada no currículo e na formação inicial de professores(as) de Educação Física na Universidade Federal de Juiz de Fora, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/03 e a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) em 2004.

Estas diretrizes visam orientar políticas educacionais e práticas pedagógicas comprometidas com a promoção da equidade racial e a erradicação do racismo nas instituições de ensino e surge como um importante documento para o direcionamento das práticas educativas em relações étnico-raciais no país (Silva; Eugênio, 2022).

Com uma abordagem qualitativa, foram utilizadas diferentes estratégias metodológicas para a investigação e produção de dados, incluindo pesquisa bibliográfica, estado do conhecimento, análise documental, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário. A análise documental incluiu o Projeto Político-Pedagógico da licenciatura, os planos de ensino das disciplinas obrigatórias, o Projeto Pedagógico Institucional da UFJF, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física e as DCNERER, buscando identificar como essa temática é tratada nesses documentos.

Os resultados mostraram que não há uma disciplina específica sobre relações étnico-raciais no curso de licenciatura em Educação Física, e os documentos analisados pouco dialogam com o tema. Entre os(as) estudantes que participaram da pesquisa, constatou-se que o debate sobre a educação das relações étnico-raciais ocorre de forma esporádica, por meio de iniciativas individuais. No entanto, observou-se que o currículo ainda está em construção, e há potencial para que a temática seja melhor incorporada, desde que esse processo seja conduzido de maneira estruturada e intencional.

A dissertação de mestrado intitulada *Jogos africanos para uma educação intercultural: a existência da disciplina de educação física em escolas públicas estaduais no*



Paraná, defendida por Sonia Paiva Bonetti no ano de 2022 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), investigou se os jogos africanos estão sendo contemplados nos Planos de Trabalho Docente (PTDs) dos(as) professores(as) de Educação Física da Rede Estadual do Paraná e, conseqüentemente, contribuem para a promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais, conforme estabelece a Lei nº 10.639/03 para o ensino fundamental.

Para contextualizar a pesquisa, foi analisado o percurso da disciplina de Educação Física nos documentos educacionais brasileiros, com foco especial nas diretrizes do estado do Paraná, incluindo a LDB, a BNCC e o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), que orienta o planejamento docente. Além disso, o estudo abordou a trajetória das ações afirmativas no campo educacional, destacando as conquistas dos povos negros ao longo da história e o processo de implementação das leis que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. A pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, de caráter documental, baseada na análise de conteúdo de documentos, artigos, dissertações e livros que discutem a Lei nº 10.639/03 e suas atualizações.

Os resultados apontaram que, apesar da existência de treze menções a jogos nos PTDs analisados, apenas três deles estão distribuídos em todas as séries do Ensino Fundamental II. Além disso, apenas quatro jogos foram explicitamente identificados como pertencentes à cultura africana e afro-brasileira em dois dos documentos examinados.

Observou-se que, embora alguns jogos possuem origem africana, essa informação não é destacada nos PTDs, evidenciando um desconhecimento cultural por parte dos(as) professores(as) em sua prática pedagógica. Esse cenário reforça a necessidade de maior aprofundamento nos estudos sobre esse patrimônio cultural, de modo a promover a valorização, o respeito e a ressignificação da história dos povos negros dentro das escolas.

A dissertação de mestrado intitulada *Currículo cultural: brincadeiras, jogos e lutas de matrizes indígenas e africanas na educação física escolar*, defendida por Alisson Aurélio Rosa no ano de 2015 no Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), analisou uma proposta de ensino que aborda as práticas corporais africanas e indígenas em aulas de Educação Física no ensino fundamental. Fundamentada na concepção do currículo cultural, a pesquisa buscou levar alunos(as) e professores(as) a compreenderem a importância da tematização dessas práticas para a descolonização do currículo.





Com uma abordagem qualitativa, o estudo foi realizado ao longo de um semestre letivo com estudantes do 5º ano do ensino fundamental em uma escola pública estadual de Araraquara/SP. O professor-pesquisador utilizou diários de aula para registrar os dados coletados, alinhando a pesquisa aos princípios do currículo cultural. Além disso, a metodologia adotou a pesquisa-ação, valorizando a participação ativa dos sujeitos e promovendo relações democráticas no ambiente escolar.

O estudo buscou criar espaços educativos que combatam a colonialidade, promovendo a valorização das culturas e incentivando uma mudança na atuação docente. A adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas pode contribuir para a implementação efetiva das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, além de promover a justiça curricular por meio da seleção equitativa dos conteúdos. Conclui-se, portanto, que o reconhecimento da diversidade cultural é importante para que os(as) educadores(as) desenvolvam novas formas de abordar as manifestações culturais indígenas e africanas, garantindo uma educação mais justa e representativa.

A dissertação de mestrado intitulada *Educação intercultural no componente curricular da educação física como intervenção ao fenômeno do multiculturalismo: presença da matriz africana*, defendida por Gina Paola Mosquera Andrade no ano de 2023 no Programa de Estudos Socioculturais e Comportamentais da Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (USP), investiga como a Educação Física pode atuar como um espaço de educação intercultural, promovendo a valorização da matriz africana no currículo escolar e oferecendo uma alternativa ao fenômeno do multiculturalismo.

O estudo analisa de que maneira a abordagem intercultural pode ir além da simples coexistência de diferentes culturas, incentivando um diálogo ativo entre elas e proporcionando uma aprendizagem mais significativa sobre a cultura africana dentro das aulas de Educação Física. A pesquisa busca compreender como os conteúdos e práticas corporais de origem africana podem ser inseridos de forma estruturada na disciplina, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e crítica.

O estudo conclui que a presença da matriz africana na Educação Física escolar ainda é limitada e que a adoção de uma abordagem intercultural pode contribuir para a superação de visões fragmentadas da cultura, promovendo um ensino mais equitativo e respeitoso à diversidade cultural.



A dissertação de mestrado intitulada *Formação e o sentido do Brasil: a experiência estética no ensino da Capoeira e da arte de Portinari na educação básica*, defendida por Anderson José Libânio no ano de 2015 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), analisou uma experiência educativa em Educação Física escolar, explorando suas contribuições para a abordagem de questões estéticas, éticas e étnico-raciais por meio da capoeira e das obras de Candido Portinari.

O foco está no ensino da capoeira e da arte brasileira na disciplina de Educação Física como um meio de discutir questões étnicas e a construção do sentido de identidade nacional. Com a inserção da Educação Física na área das linguagens na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, a necessidade de articular práticas pedagógicas interdisciplinares torna-se mais evidente, sendo explorada neste estudo por meio da conexão entre Educação Física e Artes, utilizando os conteúdos da capoeira e das obras de Portinari.

A pesquisa se baseia na análise de dados obtidos durante o estágio curricular supervisionado no curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), considerando a importância das Leis 10.639/03 e 11.645/08 na introdução de debates sobre questões étnico-raciais no ambiente escolar.

Com uma abordagem qualitativa e de caráter etnográfico, o estudo busca apontar novas perspectivas que possam contribuir para a formação escolar brasileira, ampliando a reflexão sobre os conteúdos da Educação Física para além da prática corporal. A relação entre o ensino da capoeira, uma manifestação cultural rica e multifacetada, e a arte, representada pelas obras de Portinari, demonstrou diversas estratégias e possibilidades pedagógicas.

Importante mencionar que até o momento, foi possível perceber que os trabalhos estão de acordo com uma perspectiva em que a justiça social e o antirracismo (Barreto *et al.*, 2024; Corsino *et al.*, 2024; Sanches Neto *et al.*, 2023a; 2023b; Sanches Neto, 2024) são lócus de análise e busca por uma Educação Física escolar que proporcione uma formação voltada à equidade racial.

DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03 NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Para os trabalhos analisados, a Lei nº 10.639/03 representa uma grande oportunidade de transformação pedagógica no contexto escolar, especialmente na Educação Física. A aplicação da lei, no entanto, depende de um esforço conjunto entre formação de





professores(as), desenvolvimento de materiais pedagógicos, políticas voltadas a Educação para as Relações Étnico-Raciais e a construção de um currículo antirracista (Corsino, 2021; Corsino; Rocha, 2025).

Ao analisar os documentos, identificamos que a investigação em Educação Física escolar e a Lei nº 10.639/03 parte de uma abordagem qualitativa, com ênfase em métodos que permitem compreender as relações sociais, culturais e pedagógicas que se estabelecem no cotidiano da Educação Física escolar, bem a implementação e análises de unidades didáticas no contexto escolar. Os métodos que se destacaram nos trabalhos são a pesquisa-ação e a pesquisa etnográfica.

Como forma de apoio para as pesquisas, são utilizados, em sua maioria, revisões de literatura, estado da arte e análises documentais envolvendo diretrizes curriculares e propostas pedagógicas. Os instrumentos metodológicos variam entre aplicação de entrevistas, questionários para professores(as), estudantes e gestores(as) escolares.

O diagrama a seguir representa as principais características metodológicas utilizadas nas pesquisas voltadas à Educação Física escolar e a Lei nº 10.639/03:

Figura 2 – Síntese dos princípios metodológicos



Fonte: construção dos autores.

A aplicação da Lei nas aulas de Educação Física também depende do contexto mais amplo que envolve o trabalho da instituição de ensino, algumas críticas têm sido formuladas,



especialmente em relação aos desafios que a Lei impõe aos(as) professores(as) e à estrutura curricular. Essas críticas destacam limitações que podem afetar a qualidade e a efetividade do ensino.

Uma das principais dificuldades apontadas é a resistência dos profissionais da educação, em especial os(as) professores(as) de Educação Física, que, historicamente, não estavam preparados para lidar com temas relacionados à cultura afro-brasileira, como foi possível perceber no trabalho de Ronildo Neumann Pastoriza, o pesquisador assinala em sua dissertação de mestrado que “a partir da fala dos entrevistados fica evidente que a maioria dos(as) professores(as) de Educação Física ainda não se sentem preparados para trabalhar com a história dos afro-brasileiros na escola (Pastoriza, 2015).

Muitos(as) educadores(as) não possuem o conhecimento necessário ou a formação específica para integrar esses conteúdos nas aulas, o que pode resultar em um ensino superficial ou até em uma omissão dos temas propostos pela Lei. Essa falta de preparo compromete a qualidade da educação e pode tornar o processo de implementação da Lei um desafio. Como é possível verificar na dissertação de Anália de Jesus Moreira, ao identificar que “metade da população entrevistada não participou, ainda, de cursos sobre a Lei nº 10.639/03” (Moreira, 2008, p. 66).

A falta de formação dos(as) professores(as) é um ponto de grande relevância. Embora a Lei nº 10.639/03 exija que a história e a cultura afro-brasileira sejam ensinadas, muitos(as) professores(as) da Educação Física não receberam formação adequada para trabalhar essas questões de forma profunda. Como resultado, esses(as) profissionais podem acabar tratando estes temas de maneira superficial, sem explorá-los de maneira significativa.

A falta de uma formação continuada e de recursos pedagógicos específicos também contribui para essa lacuna no ensino. Gina Paola Marques Andrade ressalta em sua dissertação, que “é necessária a preparação e formação continuada dos professores e daqueles que estão em processo de formação inicial, para que a Lei e a abordagem desses conteúdos sejam efetivadas” (Andrade, 2023, p. 71). Ao corroborar com o trabalho de Andrade, Sonia Paiva Bonetti relata aquilo que ela percebeu como um dos desafios,

os cursos e reuniões que ocorrem durante as semanas pedagógicas, que a mantenedora oferece como formação continuada para seus professores e professoras da Rede Estadual, em que se percebe, por muitas vezes, a ausência e/ou informações transmitidas de forma insuficiente, sem preparação didática e amparo estrutural, para permitir o impulso necessário para a prática em sala de aula e a real implementação da Lei 10.639/03 e/ou Lei 11.645/08,



contrariando a obrigatoriedade e a exigência de desenvolvimento desse tema em tais capacitações (Bonetti, 2022, p. 22).

Além disso, existe uma dificuldade de integração da cultura afro-brasileira no currículo de Educação Física. Tradicionalmente, a disciplina foca em esportes, atividades físicas e competição, e a incorporação de práticas culturais como a capoeira ou danças afro-brasileiras pode parecer desconexa com o conteúdo habitual da matéria. Essa discrepância entre o foco tradicional da disciplina e a introdução de novas manifestações culturais pode dificultar a adaptação do currículo e a implementação efetiva da Lei nas aulas. Em sua dissertação de mestrado, Keylla Amélia Dares Silveira identificou que o grande impasse para a implementação das relações étnico-raciais no currículo, também está no fato de que ainda “há resistência em perceber a Educação Física enquanto uma área que trabalha a cultura corporal” (Silveira, 2022, p. 112).

Outro desafio é que a implementação da Lei pode ser superficial, com algumas escolas tratando as manifestações culturais afro-brasileiras de forma mecânica, sem promover um debate mais profundo sobre seus contextos históricos e sociais. Isso pode resultar em uma apropriação inadequada dessas culturas, sem um real entendimento de sua importância, e criar uma visão estereotipada sobre elas. Em alguns casos, a exigência de cumprir a Lei nº 10.639/03 leva à redução da complexidade cultural dessas práticas a um simples repertório de atividades físicas, sem a reflexão que esses conteúdos realmente merecem. O estudo de Sonia Paiva Boneti revela que “dentro das escolas e entre os colegas esta dificuldade de efetivação acontece, pois não fomos preparados para a inclusão da Lei nº 10.639/03” (Bonetti, 2022, p. 22).

A carga horária limitada das aulas de Educação Física também é uma das críticas recorrentes. Com uma grade curricular já sobrecarregada, muitas escolas enfrentam dificuldades em encaixar o ensino de todas as disciplinas obrigatórias dentro do tempo disponível. A introdução da cultura afro-brasileira nas aulas exige tempo de reflexão e prática que pode não ser compatível com a carga horária limitada da Educação Física, o que pode resultar em um ensino fragmentado ou insuficiente.

A escassez de recursos pedagógicos específicos também é uma limitação importante. A produção de materiais didáticos que integrem tanto o aspecto histórico quanto as práticas culturais afro-brasileiras ainda é escassa. Sem recursos adequados, os(as) professores(as) enfrentam dificuldades para elaborar aulas que respeitem a riqueza e a



profundidade dessas culturas, o que compromete a qualidade do ensino. A falta de materiais apropriados também dificulta o planejamento e execução de atividades que possam explorar essas temáticas de maneira eficaz.

Outro ponto importante é que, em alguns contextos escolares, ainda persiste o preconceito racial, o que pode afetar a forma como as práticas culturais afro-brasileiras são percebidas. Alunos(as) e professores(as) podem ver essas práticas como "diferentes" ou "estranhas", o que pode resultar em resistência e até estigmatização de estudantes negros(as), associando-os(as) diretamente às práticas culturais afro-brasileiras. Isso pode gerar um ambiente hostil dentro da escola, onde as diferenças não são reconhecidas, mas, ao contrário, reforçam a segregação.

Por fim, há também uma crítica quanto ao enfoque redutor da Lei nº 10.639/03 nas aulas de Educação Física. Embora a Lei tenha como objetivo a valorização da cultura afro-brasileira, a obrigatoriedade do ensino pode levar a uma simplificação excessiva de temas complexos e profundos. Além do fato de que "a falta de formação continuada consistente é um dos fatores que levam os professores a abandonar a abordagem dos referidos conteúdos" (Santos, 2018, p. 95), a disciplina de Educação Física, com seu enfoque na cultura corporal, pode não ter os meios adequados para tratar com a riqueza e a complexidade das dinâmicas culturais, históricas e sociais envolvidas, devido a ausência de apoio das instituições.

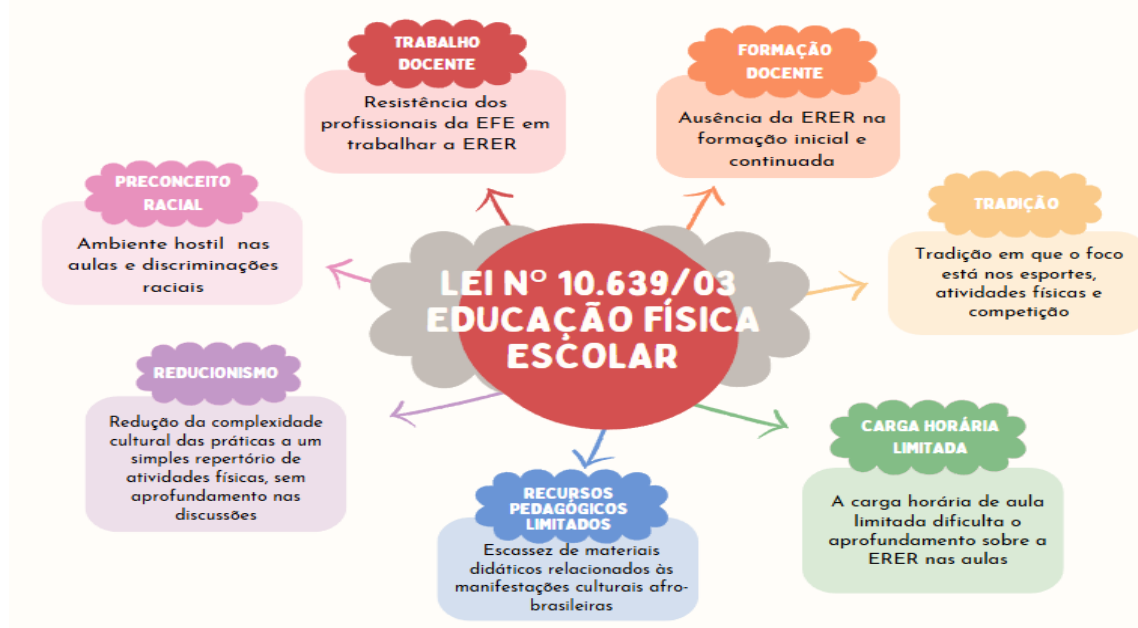
As críticas à obrigatoriedade de a Educação Física escolar se utilizar da Lei nº 10.639/03 revelam que sua implementação exige uma série de mudanças estruturais no sistema educacional. A efetiva promoção da cultura afro-brasileira nas escolas requer investimentos em formação inicial e continuada dos(as) professores(as), produção de materiais pedagógicos adequados e, principalmente, um comprometimento mais profundo das escolas, como alertou a pesquisadora Vania Catarina Machado dos Santos em sua dissertação de mestrado, ao ressaltar que "também ficou evidente que os mesmos (professores) encontram dificuldades de tornar tal prática uma constante no currículo escolar, haja vista que para tanto precisam de apoio e envolvimento de toda a escola" (Santos, 2018, p. 95).

Ao considerar a discussão ora estabelecida neste trabalho, com o objetivo de evidenciar os principais desafios para a implementação da Lei nº 10.639/03 na Educação Física escolar rumo a construção de um currículo afromreferenciado, construímos um diagrama com uma síntese dos motivos das principais dificuldades em sua implementação e a necessidade de avanços que podem contribuir para a sua efetivação:





Figura 3 – Educação física escolar e os desafios para a implementação da Lei nº 10.639/03



Fonte: construção dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dez trabalhos discutidos apresentam em comum a centralidade dada à Lei nº 10.639/03 como ponto de partida para a construção do objeto de investigação. Trabalhos que foram classificados em outros descritores também citam a legislação, mas apenas de modo secundário, se distanciando de uma análise mais específica da Lei enquanto referencial primário para a discussão sobre a Educação Física escolar.

Os estudos analisados destacam a importância da Lei nº 10.639/03 na valorização da cultura afro-brasileira na Educação Física escolar, o que revela um impacto importante no avanço da produção científica acerca das relações étnico-raciais na Educação Física escolar. Entendemos que a Lei enquanto política afirmativa têm contribuído para alavancar a produção acadêmica na área, bem como as práticas pedagógicas, movimento já pontuado e perceptível nos dados apresentados em Corsino e Rocha (2025a; 2025b).

As publicações remetem a alguns desafios importantes para o avanço nas práticas pedagógicas e formação docente no campo da Educação Física escolar e Educação para as Relações Étnico-Raciais. Como visto, os principais argumentos incluem a falta de formação docente para abordar a temática no planejamento das aulas e nas relações com os(as)



estudantes, a limitação da aplicação da Lei a eventos pontuais, em datas comemorativas como a “Semana da Consciência Negra”, e a ausência de conteúdos afro-brasileiros nos currículos oficiais. Além disso, há um reconhecimento da capoeira e de jogos africanos como ferramentas pedagógicas relevantes e mais abordadas nos trabalhos realizados, embora sua presença ainda seja reduzida.

Identificamos que as IES públicas apresentam enorme relevância no cenário nacional sobre o tema e que ainda carecemos de mais pesquisas sobre a Educação Física escolar e Educação para as Relações Étnico-Raciais, pois podem contribuir para o avanço do campo de estudos, principalmente, no que se refere às investigações sobre currículo, formação inicial, formação continuada e as práticas pedagógicas na educação básica.

As DCNERER, portanto, representam um marco na luta por uma educação antirracista no Brasil e pode contribuir efetivamente para o avanço da Educação Física escolar e Educação para as Relações Étnico-Raciais. No entanto, sua efetivação ainda enfrenta desafios, como a resistência de setores da sociedade, a falta de investimento na formação de professores(as) e a insuficiência de políticas públicas voltadas à equidade racial na educação. Para que essas diretrizes se tornem realidade no cotidiano escolar, é fundamental que haja um compromisso coletivo, envolvendo as instituições de ensino, professores(as), servidores(as), estudantes e a sociedade como um todo. Somente assim será possível construir um sistema educacional mais justo, democrático e representativo dos diversos grupos minoritários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Gina Paola Mosquera. **Educação intercultural no componente curricular da Educação Física como intervenção ao fenômeno do multiculturalismo**: presença da matriz africana. 2023. 108f. Dissertação (Mestrado em Estudos Socioculturais e Comportamentais da Educação Física e Esporte). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

AUAD, Daniela; CORSINO, Luciano Nascimento. Feminismos, interseccionalidades e consubstancialidades na educação física escolar. **Revista estudos feministas**, v. 26, p. 1-13, 2018.

BARRETO, Samara Moura; CORSINO, Luciano Nascimento; CONCEIÇÃO, William Lazarretti da. Autoestudio de incidentes críticos desde la perspectiva de la justicia curricular. **Alteridad**, v. 20, p. 52-62, 2025.





BONETTI, Sonia Paiva. **Jogos africanos para uma educação intercultural**: a experiência da disciplina de educação física em escolas públicas estaduais no Paraná. 2022. 79f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC/SEPPIR, 2004.

CORSINO, Luciano Nascimento. O ensino de história e cultura afro-brasileira na concepção de docentes de duas escolas da rede estadual de São Paulo. **Cenas educacionais**, v. 4, p. 1-17, 2021.

CORSINO, Luciano Nascimento *et al.* Educação física escolar e interseccionalidades: da coeducação ao antirracismo na experiência mimética com a juventude. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 46, p. 1-9, 2024.

CORSINO, Luciano Nascimento; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da. **Educação física escolar e relações étnico-raciais**: subsídios para a implantação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Curitiba, PR: CRV; 2016.

CORSINO, Luciano Nascimento; ROCHA, Danieri Ribeiro da. "Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista": uma revisão sistemática sobre educação física escolar. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 22, n. 64, p. 129-155, 2025a.

CORSINO, Luciano Nascimento; ROCHA, Danieri Ribeiro da. Implementação da Lei nº 10.639/03 na educação básica: contribuições do campo da educação física escolar. **Revista caderno pedagógico**, v. 22, n. 8, p. 1-19, 2025.

MOREIRA, Anália de Jesus. **A cultura corporal e a Lei n. 10.639/03**: um estudo sobre os impactos da lei no ensino da educação física em Salvador. 2008. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2008.

PASTORIZA, Ronildo Neumann. **Representações e práticas pedagógicas de professores(as) de educação física e de diretores(as) de escolas sobre a Lei 10.639/03 e seu contexto de implantação no ambiente escolar**. 2015. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS, 2015.

SANCHES NETO, Luiz *et al.* Pausing to breathe, but is it possible to pause whiteness in teaching and teacher education? Narratives of four brazilian physical education teacher-researchers. In: CAMERON-STANDERFORD, Abby; BERGH, Bethney Marie; EDGE, Christi U. (Orgs.). **Pausing at the threshold**: opportunity through, with, and for self-study of teacher education practices. Herstmonceux: Equity Press, 2023a.

SANCHES NETO, Luiz *et al.* Perspectives on social justice when becoming a teacher-researcher in the practicum: insights from physical education teacher education. **Frontiers in education**, v. 8, p. 1-9, 2023b.



SANCHES NETO, Luiz *et al.* Readdressing democracy and social justice: coping with inequalities in physical education. **Curriculum perspectives**, v. 1, p. 1-13, 2024.

SANTOS, Vânia Catarina Machado dos. **Fazendo valer a Lei 10.639/03**: contribuições da disciplina de educação física para o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira. 2018. 109f. Dissertação (Mestrado em Formação Docente Interdisciplinar). Universidade Estadual do Paraná, Maringá, PR, 2018.

SILVA, Ana Cristina dos Santos; EUGENIO, Benedito Gonçalves. Relações étnico-raciais e currículo na educação básica: estado do conhecimento nas teses e dissertações (2009-2019). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 11, n. 31, p. 103-115, 2022.

SILVA, Vanessa Almeida da; ARRUDA, Dyego de Oliveira. O mito da democracia racial e seus reflexos na percepção social sobre as políticas públicas de ações afirmativas no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 16, n. 48, p. 681-701, 2023.

SILVEIRA, Keylla Amélia Dares. **O movimento da educação das relações étnico-raciais no currículo de licenciatura em educação física da UFJF**: conhecimento, implementação e efetivação. 2022. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2022.

VENÂNCIO, Luciana; NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos (Orgs.). **Mulheres negras professoras de educação física**. Curitiba, PR: CRV, 2020.

Dados do primeiro autor:

Email: lucianocorsino@gmail.com

Endereço: Rodovia RS-239, Km 68, n. 3505 (Estrada Taquara/Rolante), Rolante, RS, CEP: 95690-000.

Recebido em: 30/06/2025

Aprovado em: 28/07/2025

Como citar este artigo:

CORSINO, Luciano Nascimento; ROCHA, Danieri Ribeiro da. A lei nº 10.639/03 na pós-graduação brasileira: por um currículo afrorreferenciado na educação física escolar. **Corpoconsciência**, v. 29, e20019, p. 1-20, 2025.

